AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
https://www.editorasolucao.com.br/

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CONTAGEM - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM - MINAS GERAIS

Administrador

EDITAL Nº 01/2025, DE 6 DE AGOSTO DE 2025 - EDITAL DE ABERTURA

CÓD: SL-020AG-25
7908433280903

Língua Portuguesa

1. Regência verbal e nominal 9
2. Estudo da crase 11
3. Semântica e estilística; denotação e conotação;figuras; significação das palavras 12
4. Compreensão e interpretação de textos 19
5. Coesão e coerência 22
6. Tipologia e gênero textual 24
7. Emprego das classes de palavras 30
8. Sintaxe da oração e do período 39
9. Pontuação 43
10. Concordância verbal e nominal 45
11. Ortografia oficial 47
12. Acentuação gráfica 51

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntosunião, interseção e diferença ... 67
2. Conjuntos numéricos 70
3. Razões especiais 82
4. Regra de três simples e compostas 83
5. Geometria plana 84
6. Geometria espacial 86
7. Geometria analítica 91
8. Trigonometria 97
9. Análise combinatória e probabilidade 98
10. Progressões aritmética e geométrica 102
11. Equações de 1º e 2º grau 105
12. Inequações de 1º e 2º grau 107
13. Funções de 1º e 2° grau 109
14. Matrizes determinantes e sistemas lineares 114
15. Polinômios 124
16. Princípio da regressão ou reversão 129
17. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa 130
18. Lógica matemática qualitativa 135
19. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras 138

Informática Básica

1. Noções de Sistemas Operacionais 145
2. Noções do sistema operacional Windows 146
3. MS-DOS 163
4. Noções do processador de texto MS-Word para Windows 164
5. Noções da planilha de cálculo MS-Excel 177
6. Conceitos básicos, ferramentas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). Aplicativos, procedimentos, internet e intranet 192
7. Ferramentas de produtividade/colaboração 196
8. Noções de Google Workspace 197
9. Noções de segurança da informação: procedimentos de segurança; noções de vírusworms e pragas virtuais; aplicativos para segurança (antivírus, firewall e anti-spyware) 203
10. Procedimentos de backup 208
11. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage) 209
12. Noções básicas de Banco de dados 210

Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS

1. Constituição Federal de 1988 - Título VIII – Da Ordem Social; Capítulo II – Da Saúde; Artigos 194 a 200: princípios, diretrizes e organização do SUS 223
2. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990: Princípios e diretrizes do SUS; Organização e funcionamento; Competências das esferas federal, estadual e municipal 226
3. Vigilância em saúde, assistência terapêutica e participação complementar da iniciativa privada 237
4. Lei nº 8.142/1990: Participação da comunidade na gestão do SUS; Conselhos e conferências de saúde; Transferência intergovernamental de recursos 240
5. Decreto nº 7.508/2011: Regulamentação da Lei nº 8.080/1990: Regiões de saúde, contratos organizativos, portas de entrada e redes de atenção; Planejamento e financiamento 241
6. Direitos dos Usuários do SUS: Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde 245
7. Políticas e Programas Estratégicos 245
8. Política Nacional de Humanização (PNH) 246
9. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) 249
10. Rede de Atenção à Saúde (RAS) 252

Conhecimentos do Município de Contagem-MG

1. Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas a nível municipal 257

Conhecimentos Específicos
Administrador

1. Administração geral: planejamento estratégico e organizacional, metodologias e execução 259
2. Planejamento em saúde 259
3. Processo e modelos de organização 263
4. Liderança e motivação 264
5. Comunicação 265
6. Controle 272
7. Gestão de projetos 272
8. Ética e responsabilidade socioambiental 275
9. Logística 276
10. Administração de recursos humanos: recrutamento e seleção; desenho de cargos e avaliação de desempenho; remuneração e benefícios; treinamento e desenvolvimento 276
11. Administração de materiais: armazenagem e controle de estoque; movimentação de materiais; gestão de suprimentos; distribuição de materiais; logística de material, ferramentas de controle, organização e fluxo 277
12. Administração financeira: demonstrações financeiras; fluxo de caixa; planejamento financeiro; classificação das receitas e despesas públicas segundo finalidade, natureza e agentes; estágios das despesas públicas 295
13. Organização e métodos: departamentalização 296
14. Estruturas organizacionais 297
15. Análise administrativa;ferramentas de análise organizacional: fluxogramas, formulários, layout, qdt e manuais de organização 303
16. Processos empresariais 303
17. Administração de marketing: o composto de marketing; marketing institucional; marketing e responsabilidade social; pesquisa de marketing 304
18. Orçamento público: conceitos e princípios orçamentários 305
19. Orçamento tradicional; orçamento de base zero; orçamento e desempenho; orçamento – programa 310
20. Avaliação da execução orçamentária 314
21. Orçamento na constituição de 1988 314
22. Plano plurianual (ppa), lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (loa) 320
23. Administração patrimonial na administração pública: gestão de compras 324
24. Contratos e convênios na administração pública 324
25. Lei n.º 14.133, De 1º de abril de 2021 325
26. Governança pública e corporativa 368
27. Transparência 369
28. Tomada de decisão 370
29. Compliance 371
30. Stakeholders 377
31. Sustentabilidade 380

REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL

Visão geral: na Gramática, regência é o nome dado à relação de subordinação entre dois termos. Quando, em um enunciado ou oração, existe influência de um tempo sobre o outro, identificamos o que se denomina termo determinante, essa relação entre esses termos é chamada de regência.

— Regência Nominal

É a relação entre um nome e seu complemento, acontece por meio de uma preposição. Esse nome pode ser um substantivo, um adjetivo ou um advérbio, na oração, ele será o termo determinante.

O complemento preenche o significado do nome, cujo sentido pode estar impreciso ou ambíguo, caso o complemento não estiver presente. Observe os exemplos:

"A nova entrada é acessível a cadeirantes."
"Eu tenho o sonho de viajar para o nordeste."
"Ele é perito em investigações como esta."

Na primeira frase, o adjetivo "acessível" exige a preposição *a*, do contrário, seu sentido ficaria incompleto. O mesmo ocorre com os substantivos "sonho" e "perito", na segunda e terceira frase, em que os nomes exigem as preposições *de* e *em* para completude de seus sentidos. Veja nas tabelas abaixo quais são os nomes que regem uma preposição para que seu sentido seja completo.

REGÊNCIA COM A PREPOSIÇÃO A			
acessível a	cego a	fiel a	nocivo a
agradável a	cheiro a	grato a	oposto a
alheio a	comum a	horror a	perpendicular a
análogo a	contrário a	idêntico a	posterior a
anterior a	desatento a	inacessível a	prestes a
apto a	equivalente a	indiferente a	surdo a
atento a	estranho a	inerente a	visível a
avesso a	favorável a	necessário a	

REGÊNCIA COM A PREPOSIÇÃO POR		
admiração por	devoção por	responsável por
ansioso por	respeito por	

REGÊNCIA COM A PREPOSIÇÃO DE					
amante de	cobiçoso de	digno de	inimigo de	natural de	sedento de
amigo de	contemporâneo de	dotado de	livre de	obrigação de	seguro de
ávido de	desejoso de	fácil de	longe de	orgulhoso de	sonho de
capaz de	diferente de	impossível de	louco de	passível de	
cheio de	difícil de	incapaz de	maior de	possível de	

REGÊNCIA COM A PREPOSIÇÃO EM				
doutor em	hábil em	interesse em	negligente em	primeiro em
exato em	incessante em	lento em	parco em	versado em
firme em	indeciso em	morador em	perito em	

REGÊNCIA COM A PREPOSIÇÃO PARA		
apto para	essencial para	mau para
bastante para	impróprio para	pronto para
bom para	inútil para	próprio para

REGÊNCIA COM A PREPOSIÇÃO COM			
amoroso com	compatível com	descontente com	intolerante com
aparentado com	cruel com	furioso com	liberal com
caritativo com	cuidadoso com	impaciente com	solícito com

— Regência Verbal

Os verbos são os termos regentes, enquanto os objetos (direto e indireto) e adjuntos adverbiais são os termos regidos. Um verbo possui a mesma regência do nome do qual deriva.

Observe as duas frases:

I – "Eles irão ao evento." O verbo ir requer a preposição a (quem vai, vai a algum lugar), e isso o classifica como verbo transitivo direto; "ao evento" são os termos regidos pelo verbo, isto é, constituem seu complemento.

II – "Ela mora em região pantanosa." O verbo morar exige a preposição em (quem mora mora em algum lugar), portanto, é verbo transitivo indireto.

Verbo	No sentido de/ pela transitividade	Rege preposição?	Exemplo
Assistir	ajudar, dar assistência	NÃO	"Por favor, assista o time."
	ver	SIM	"Você assistiu **a**o jogo?"
	pertencer	SIM	"Assiste **a**os cidadãos o direito de protestar."
Custar	valor, preço	NÃO	"Esse imóvel custa caro."
	desafio, dano, peso moral	SIM	"Dizer a verdade custou **a** ela."
Proceder	fundamento / verbo intransitivo	NÃO	"Isso não procede."
	origem	SIM	"Essa conclusão procede **de** muito vivência."
Visar	finalidade, objetivo	SIM	"Visando **à** garantia dos direitos."
	avistar, enxergar	NÃO	"O vigia logo avisou o suspeito."
Querer	desejo	NÃO	"Queremos sair cedo"
	estima	SIM	"Quero muito **a**os meus sogros."
Aspirar	pretensão	SIM	"Aspiro **a** ascensão política."
	absorção ou respiração	NÃO	"Evite aspirar fumaça."
Implicar	consequência / verbo transitivo direito	NÃO	"A sua solicitação implicará alteração do meu trajeto."
	insistência, birra	SIM	"Ele implicou com o cachorro."

CONJUNTOS: AS RELAÇÕES DE PERTINÊNCIA, INCLUSÃO E IGUALDADE; OPERAÇÕES ENTRE CONJUNTOSUNIÃO, INTERSEÇÃO E DIFERENÇA

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

∈: pertence
∉: não pertence
⊂: está contido
⊄: não está contido
⊃: contém
⊅: não contém
/: tal que
⟹: implica que
⇔: se,e somente se
∃: existe
∄: não existe
∀: para todo(ou qualquer que seja)
∅: conjunto vazio
N: conjunto dos números naturais
Z: conjunto dos números inteiros
Q: conjunto dos números racionais
I: conjunto dos números irracionais
R: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S=\{1, 3, 5, 7, 9\}$$

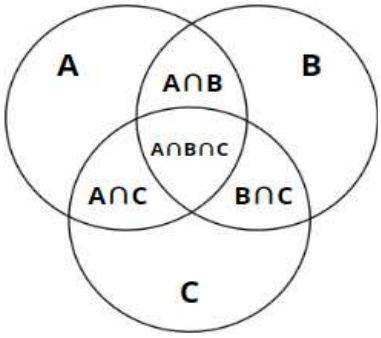
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in N \mid x<8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0,1,2,3,4,5,6,7\}$$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos: $A \subset B$

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C,para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

(1) A = A.
(2) Se A = B, então B = A.
(3) Se A = B e B = C, então A = C.
(4) Se A = B e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos.

Por exemplo, se A={1,2,3}, B={2,1,3}, C={1,2,2,3}, então A = B = C.

Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, o número de elementos que ele possui.

Por exemplo, se A ={45,65,85,95}, então #A = 4.

Tipos de Conjuntos:

- **Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- **Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos

- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por S = Ø ou S = { }.

Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo ∈. As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos.

Por exemplo, o conjunto das vogais (V) é

V = {a, e, i, o, u}

- A relação de pertinência é expressa por: a∈V.

Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.

- A relação de não-pertinência é expressa por: b ∉ V.

Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- Propriedade reflexiva: A⊂A, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- Propriedade antissimétrica: se A⊂B e B⊂A, então A = B.
- Propriedade transitiva: se A⊂B e B⊂C, então, A⊂C.

Operações entre conjuntos

1) União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

A∪B = {x|x∈A **ou** x∈B}

Exemplo:

A = {1,2,3,4} e B = {5,6}, então A∪B = {1,2,3,4,5,6}

Fórmulas:

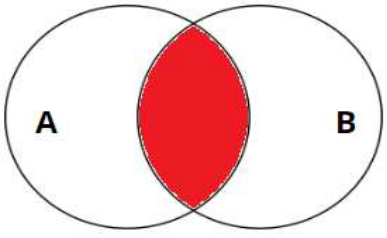
n(A ∪ B) = n(A) + n(B) - n(A∩B)

n(A ∪ B ∪ C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A∩B∩C) - n(A∩B) - n(A∩C) - n(B C)

2) Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

A∩B = {x|x∈A **e** x∈B}



Exemplo:

A = {a,b,c,d,e} e B = {d,e,f,g}, então A∩B = {d, e}

Fórmulas:

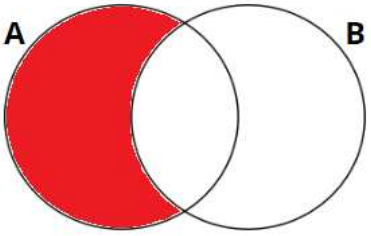
n(A∩B) = n(A) + n(B) − n(A∪B)

n(A∩B∩C) = n(A) + n(B) + n(C) − n(A∪B) − n(A∪C) − n(B∪C) + n(A∪B∪C)

3) Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

A\B ou A – B = {x | x∈A e x∉B}.



Exemplo:

A = {0, 1, 2, 3, 4, 5} e B = {5, 6, 7}, então A – B = {0, 1, 2, 3, 4}.

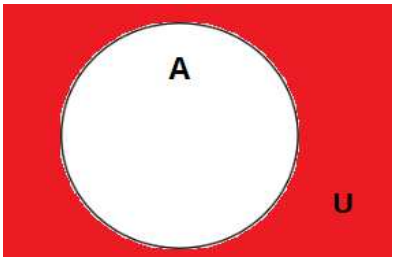
Fórmula:

n(A−B) = n(A) − n(A∩B)

4) Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por $\overline{A}$ ou A^c, é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$\overline{A}$ = {x∈U | x∉A}



Exemplo:

U = {0,1,2,3,4,5,6,7} e A = {0,1,2,3,4}, então $\overline{A}$ = {5,6,7}

Fórmula:

n($\overline{A}$) = n(U) − n(A)

NOÇÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS

O sistema operacional (SO) é um software essencial que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas executados pelos usuários. Sua principal função é gerenciar os recursos do sistema, garantindo que esses elementos sejam utilizados de maneira eficiente, segura e organizada. Além disso, o sistema operacional oferece uma interface que facilita a interação entre o usuário e a máquina. Dentre as funções de um Sistema Operacional estão:

Gerenciamento de Processos

O SO controla a execução de processos (programas em execução), realizando a alocação adequada dos recursos e coordenando a execução simultânea de múltiplos processos, o que permite a multitarefa. Para isso, utiliza algoritmos de escalonamento que definem a ordem e o tempo de uso do processador por cada processo. Entre os principais algoritmos, destacam-se:

– First-Come, First-Served (FCFS): atende os processos por ordem de chegada.

– Round Robin: distribui o tempo de CPU igualmente entre os processos.

– Escalonamento por Prioridade: seleciona processos com base em níveis de prioridade.

Esses mecanismos evitam que processos fiquem bloqueados indefinidamente e otimizam o desempenho do sistema.

Gerenciamento de Memória

O SO é responsável por controlar o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa receba o espaço necessário sem conflitos. Além da alocação física, o sistema pode utilizar memória virtual, que simula memória adicional usando parte do disco rígido. Essa técnica permite que múltiplos programas sejam executados mesmo em sistemas com pouca RAM. Duas abordagens comuns na memória virtual são:

– Paginação: divide a memória em blocos de tamanho fixo (páginas).

– Segmentação: organiza a memória com base nas estruturas lógicas dos programas.

Gerenciamento de Dispositivos de Entrada e Saída

O sistema operacional controla o acesso e a comunicação entre os programas e os periféricos do computador, como teclados, mouses, impressoras e discos rígidos. Um exemplo importante é o spooler de impressão, que armazena temporariamente os trabalhos de impressão em uma fila, permitindo que sejam processados de forma ordenada e sem conflitos, mesmo quando múltiplos usuários enviam documentos simultaneamente.

Gerenciamento de Arquivos

O SO organiza os dados armazenados em dispositivos como discos rígidos e unidades externas. Ele permite criar, acessar, modificar e excluir arquivos e diretórios de maneira eficiente. Para isso, utiliza sistemas de arquivos que definem como os dados são estruturados no armazenamento. Alguns formatos comuns de sistemas de arquivos incluem:

– FAT32: amplamente compatível, mas limitado no tamanho máximo de arquivos.

– NTFS: padrão do Windows, oferece recursos como permissões, compressão e criptografia.

– EXT4: utilizado em sistemas Linux, oferece alta confiabilidade e desempenho.

Além disso, o sistema operacional fornece interfaces que permitem ao usuário organizar arquivos em pastas e subpastas, renomear, copiar, mover ou excluir itens. Também é possível instalar e gerenciar programas, acessando-os por meio de menus, atalhos ou ferramentas de pesquisa.

Segurança e Proteção

O sistema operacional implementa mecanismos de segurança para proteger os dados e recursos contra acessos não autorizados e falhas. Isso inclui:

– Autenticação de usuários (por senha, biometria etc.);

– Controle de permissões de acesso a arquivos e programas;

– Isolamento entre processos, evitando que ações maliciosas prejudiquem o sistema como um todo.

Exemplos de Sistemas Operacionais

Diversos sistemas operacionais são utilizados em diferentes plataformas. Entre os principais, destacam-se:

– Windows: Desenvolvido pela Microsoft, é um dos mais populares em computadores pessoais e corporativos.

– macOS: Sistema da Apple, exclusivo para os computadores da linha Mac.

– Linux: Sistema de código aberto, altamente personalizável, muito usado em servidores, computadores pessoais e sistemas embarcados.

– Android: Sistema operacional móvel baseado em Linux, utilizado em grande parte dos smartphones e tablets no mercado.

– iOS: Desenvolvido pela Apple, é o sistema dos dispositivos móveis como iPhones e iPads.

NOÇÕES DO SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

− **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.

− **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.

− **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.

− Múltiplas Áreas de Trabalho: Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

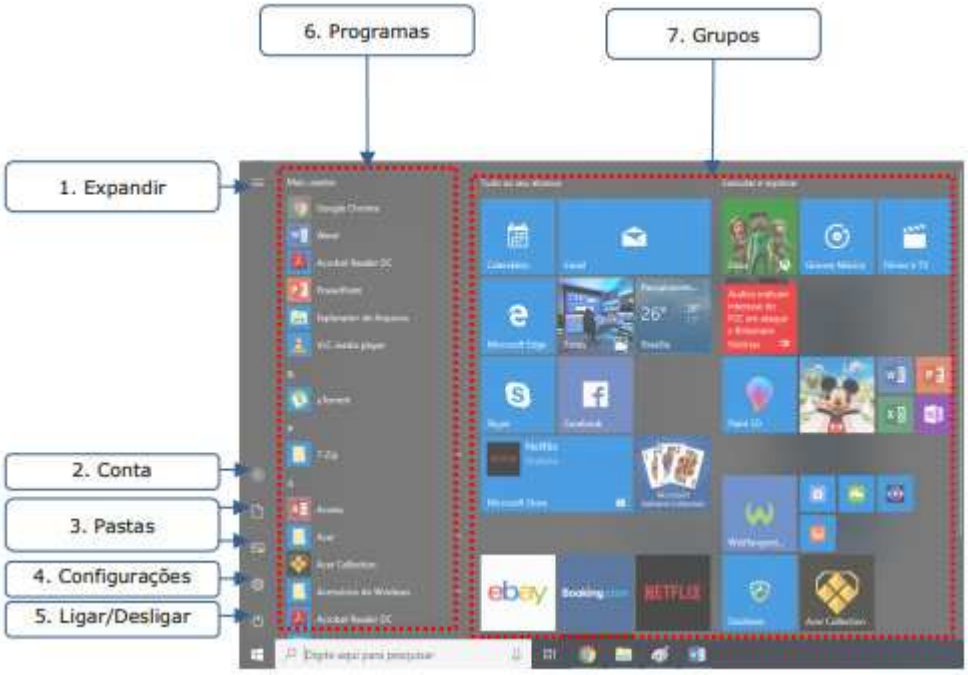
Instalação do Windows

– Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
– Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
– Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
– Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
– Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
– Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL; CAPÍTULO II – DA SAÚDE; ARTIGOS 194 A 200: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ORGANIZAÇÃO DO SUS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

(...)

TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL

(...)

CAPÍTULO II
DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando - se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:(Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)(Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023)Vigência

c) o lucro;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)(Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023)Vigência

V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais

ou creditícios.(Vide Medida Provisória nº 526, de 2011) (Vide Lei nº 12.453, de 2011) (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

§4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, «b».

§7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas «b» e «c» do inciso I do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea «a» do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não - cumulativas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)(Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023)Vigência

§13. (Revogado).(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§14. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§15. A contribuição prevista no inciso V do caput poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§16. Aplica - se à contribuição prevista no inciso V do caput o disposto no art. 156 - A, §1º, I a VI, VIII, X a XIII, §3º, §5º, II a VI e IX, e §§6º a 11 e 13.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§17. A contribuição prevista no inciso V do caput não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, 156 - A e 195, I, «b», e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§18. Lei estabelecerá as hipóteses de devolução da contribuição prevista no inciso V do caput a pessoas físicas, inclusive em relação a limites e beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§19. A devolução de que trata o §18 não será computada na receita corrente líquida da União para os fins do disposto nos arts. 100, §15, 166, §§9º, 12 e 17, e 198, §2º.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

– Diretrizes da Saúde

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

– A Saúde e a Iniciativa Privada

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

– Atribuições Constitucionais do SUS

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II
DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

CONHECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG

DOMÍNIO DE TÓPICOS RELEVANTES DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SEGURANÇA, ARTES E LITERATURA E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS A NÍVEL MUNICIPAL

Introdução: Contagem e a Formação de um Espaço Urbano Industrializado

O município de Contagem-MG, situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), destaca-se por sua intensa dinâmica urbana, industrial e social. Com mais de 620 mil habitantes (IBGE, 2022), figura como o terceiro município mais populoso de Minas Gerais, atrás apenas da capital Belo Horizonte e de Uberlândia.

Criado oficialmente em 30 de agosto de 1911, com a instalação do município em 1912, Contagem passou por um processo de transformação urbana e socioeconômica que a consolidou como polo industrial e logístico, especialmente a partir da década de 1940, quando o primeiro distrito industrial planejado do Brasil foi implantado na cidade.

Política e Administração Pública: Estrutura, Participação e Desafios Locais

Contagem segue o modelo constitucional de divisão dos Poderes:

- Executivo, exercido pelo prefeito e seus secretários;
- Legislativo, representado por 21 vereadores com mandato de quatro anos;
- Judiciário, cuja jurisdição se dá por meio de varas estaduais, federais e do Ministério Público.

A estrutura administrativa municipal é composta por secretarias temáticas, fundações e autarquias, como a Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes (Transcon) e a Fundação de Ensino de Contagem (Funec), com relevante papel na educação profissional e técnica.

Histórico político: Contagem foi palco de intensa atuação sindical durante os anos 1980, em especial dos metalúrgicos, vinculados a movimentos populares e partidos de esquerda. A alternância de poder entre administrações de matiz progressista e liberal evidencia um eleitorado plural, sensível a pautas como transporte, saúde pública, segurança e infraestrutura urbana.

Instrumentos de participação popular, como os conselhos municipais (saúde, educação, meio ambiente) e o Plano Diretor Participativo, vêm sendo incentivados, mas enfrentam desafios quanto à efetiva mobilização da população e transparência nos processos decisórios.

Economia e Infraestrutura: O DNA Industrial e Logístico de Contagem

Contagem integra a região do Vetor Oeste da RMBH, caracterizado por forte presença de empresas de médio e grande porte, parques industriais e complexos logísticos. Desde a instalação do Distrito Industrial Juscelino Kubitschek, nos anos 1940, a cidade se firmou como referência em setores como:

- Metalurgia e siderurgia (Belgo-Mineira, Magnesita);
- Indústria automobilística (Iveco, Fiat e fornecedores);
- Indústria química e alimentícia (Coca-Cola, Nestlé);
- Logística e transporte rodoviário, com fácil acesso às rodovias BR-040, BR-381 e Anel Rodoviário.

O PIB municipal é um dos maiores de Minas Gerais, com forte participação da indústria (cerca de 40%), seguido pelo setor de serviços. No entanto, indicadores sociais como o IDHM (0,755 em 2010) revelam contrastes internos: bairros com altos padrões de vida convivem com zonas de ocupações irregulares e vulnerabilidade social.

Empreendedorismo e economia popular também ganham destaque, com feiras livres, pequenos comércios e a crescente presença de trabalhadores autônomos no setor de serviços.

Sociedade, Educação e Cultura: Desigualdades, Avanços e Identidade Local

Sociedade: A urbanização acelerada provocou graves impactos territoriais, como a ocupação desordenada de áreas de preservação e a insuficiência de equipamentos públicos em bairros periféricos. Regiões como Nacional, Ressaca e Eldorado concentram grande parte da população, que enfrenta desafios relacionados à mobilidade urbana, segurança e acesso à educação e saúde de qualidade.

Educação: O município possui ampla rede pública, com:

- Mais de 110 escolas municipais;
- Instituições federais como o IFMG - Campus Contagem;
- Atuação da FUNEC, com destaque para cursos técnicos e ensino médio profissionalizante.

A Lei nº 4.753/2014 (Plano Municipal de Educação) prevê metas como a universalização da pré-escola e valorização dos profissionais da educação. Há também esforço para o combate ao analfabetismo e ampliação do acesso ao ensino técnico.

Cultura e identidade: Contagem preserva uma identidade cultural própria, marcada pela presença de grupos folclóricos, congados, rodas de capoeira, e festividades tradicionais como a Festa de Nossa Senhora das Dores. Espaços como o Centro Cultural de Contagem, a Escola Livre de Artes e os Pontões de Cultura incentivam a produção artística, o que contribui para o fortalecimento da cidadania e da inclusão social.

Tecnologia, Energia, Sustentabilidade e Relações Internacionais Locais

Tecnologia e inovação: Embora ainda em desenvolvimento, o ecossistema de inovação da cidade começa a ganhar forma por meio de incubadoras de startups, coworkings e programas de capacitação tecnológica, alguns em parceria com universidades. A digitalização dos serviços públicos e o uso de dados georreferenciados nas políticas urbanas têm sido iniciativas recentes da gestão.

Energia: Contagem abriga consumidores industriais de grande porte, com forte demanda energética. Nos últimos anos, impulsionado por políticas ambientais e redução de custos, o município tem incentivado a adoção de energia solar em prédios públicos, como escolas e unidades de saúde, integrando-se ao Plano de Ação Climática Municipal.

Sustentabilidade e meio ambiente:

• O município possui instrumentos legais como o Código Ambiental de Contagem (Lei nº 3.539/2003) e o Plano Diretor (Lei nº 4.850/2015);

• Conta com áreas protegidas, como o Parque Fernão Dias e o Parque Ecológico Eldorado;

• Realiza campanhas de educação ambiental e coleta seletiva em bairros estratégicos.

Relações internacionais descentralizadas: Embora não tenha representação diplomática, Contagem participa de consórcios intermunicipais e redes internacionais, como a Rede Mercocidades, promovendo intercâmbio de experiências em mobilidade urbana, saneamento e inclusão social.

Segurança Pública, Desafios Urbanos e Considerações Finais

Segurança pública: A cidade enfrenta altos índices de criminalidade, em especial crimes patrimoniais e homicídios em áreas vulneráveis. Para enfrentá-los, adotou medidas como:

• Reforço da Guarda Civil Municipal, com patrulhamento preventivo;

• Monitoramento por câmeras de vigilância;

• Projetos como o "Guarda na Escola" e parcerias com a Polícia Militar.

Desafios urbanos estruturais:

• Mobilidade: trânsito intenso, dependência do transporte rodoviário e falta de integração metropolitana;

• Saneamento: déficits em esgotamento sanitário e drenagem pluvial em áreas de risco;

• Saúde: pressão sobre a rede pública, especialmente após a pandemia de COVID-19.

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

Administrador

ADMINISTRAÇÃO GERAL: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORGANIZACIONAL, METODOLOGIAS E EXECUÇÃO

O planejamento estratégico é um dos pilares da Administração Geral e ocupa lugar de destaque em provas de concursos públicos, especialmente quando o foco é gestão organizacional e eficiência administrativa. Trata-se de um processo estruturado que orienta a organização na definição de seus rumos, estabelecendo objetivos de longo prazo e articulando as ações necessárias para alcançá-los. Mais do que um documento ou um plano formal, o planejamento estratégico é um instrumento de transformação, capaz de alinhar recursos, pessoas e processos em torno de uma visão compartilhada.

Conceitos Fundamentais

O planejamento estratégico consiste no processo sistemático de definir missão, visão, valores e objetivos de uma organização, considerando o ambiente interno e externo, e traçando estratégias para garantir a sobrevivência e o crescimento no longo prazo. Ele integra-se à estratégia organizacional ao garantir que as ações de diferentes áreas estejam alinhadas com a direção desejada pela alta administração.

É importante diferenciar os níveis de planejamento:

- **Planejamento Estratégico:** de longo prazo, realizado pela alta administração, com foco em metas amplas e políticas organizacionais.
- **Planejamento Tático:** de médio prazo, desenvolvido pelos gerentes e voltado para a implementação de partes do plano estratégico em áreas específicas.
- **Planejamento Operacional**: de curto prazo, focado na execução de tarefas e rotinas que garantem o funcionamento diário da organização.

Compreender essa hierarquia é essencial, pois cada nível exige um grau diferente de detalhamento e flexibilidade, e frequentemente aparecem questões que exploram justamente essas diferenças.

Metodologias e Ferramentas Estratégicas

Diversas metodologias são utilizadas para tornar o planejamento mais efetivo e mensurável. Entre as mais conhecidas, destacam-se:

- **Análise SWOT (ou FOFA)**: identifica forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, permitindo uma visão ampla da posição da organização no mercado ou no ambiente público.
- **Balanced Scorecard (BSC):** traduz a estratégia em objetivos e indicadores, distribuídos em quatro perspectivas — financeira, clientes, processos internos e aprendizado/crescimento. É muito cobrado em provas pela sua capacidade de integrar métricas qualitativas e quantitativas.
- **OKRs (Objectives and Key Results):** metodologia voltada para definir objetivos claros e resultados-chave mensuráveis, estimulando foco e engajamento.
- **Hoshin Kanri:** método japonês que visa alinhar todos os níveis da organização à estratégia central, com ênfase no desdobramento das metas.
- **Planejamento por Cenários:** utilizado para prever diferentes contextos futuros e preparar respostas estratégicas.

Além dessas, ferramentas como Matriz GUT, as Cinco Forças de Porter e a Matriz BCG também aparecem em contextos de análise estratégica e são relevantes para concursos.

Etapas do Planejamento Estratégico

O processo de planejamento estratégico normalmente se desenvolve em seis grandes etapas:

1.Análise do ambiente: envolve a coleta e interpretação de informações sobre o ambiente interno (recursos, competências, processos) e externo (mercado, legislação, tendências).

2.Definição da Missão, Visão e Valores: etapa que estabelece o propósito da organização, a imagem futura desejada e os princípios que orientarão as decisões.

3.Estabelecimento de objetivos e metas: definição clara dos resultados que se deseja alcançar.

4.Formulação de estratégias: escolha de métodos e caminhos para atingir os objetivos, com base nas ferramentas estudadas.

5.Elaboração do plano de ação: detalhamento das iniciativas, prazos, responsáveis e recursos necessários.

6.Execução, monitoramento e avaliação: implementação das ações e acompanhamento contínuo por meio de indicadores; ajustes são realizados conforme necessário, garantindo a melhoria contínua.

PLANEJAMENTO EM SAÚDE

O planejamento em saúde é essencial para garantir a qualidade e eficiência dos serviços prestados, além de contribuir para o alcance de metas e indicadores de saúde. Neste texto, serão abordados os fundamentos, ferramentas, indicadores e metas do planejamento em saúde.

— Fundamentos do planejamento em saúde

O planejamento em saúde tem como objetivo a organização e gestão dos serviços de saúde, com base nas necessidades da população. Para isso, é necessário o uso de ferramentas e técnicas que permitem a identificação dos problemas de saúde, avaliação de recursos e definição de estratégias para solucioná-los.

O planejamento em saúde deve ser realizado de forma participativa, envolvendo gestores, profissionais de saúde e a população, visando a construção de um projeto de saúde coletivo, com base nas demandas e necessidades locais.

— Ferramentas de planejamento em saúde

Existem diversas ferramentas que podem ser utilizadas no processo de planejamento em saúde. Algumas delas são:

– Matriz SWOT: é uma ferramenta que permite identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças de uma instituição ou projeto. Com base nessa análise, é possível identificar pontos a serem fortalecidos, aspectos que precisam ser corrigidos e oportunidades a serem exploradas.

– Análise de cenários: é uma técnica que permite analisar diferentes possibilidades futuras para o contexto em que a instituição ou projeto está inserido. Com base nessa análise, é possível identificar oportunidades e ameaças e ajustar o planejamento para lidar com essas situações.

– Diagrama de Ishikawa: também conhecido como Diagrama de Espinha de Peixe ou Diagrama de Causa e Efeito, é uma ferramenta que permite identificar as causas raízes de um problema. Com base nessa análise, é possível planejar ações para solucionar o problema.

– Diagrama de Gantt: é uma ferramenta que permite planejar e controlar as atividades de um projeto. Com base nesse diagrama, é possível visualizar as datas de início e término de cada atividade e garantir que o projeto seja concluído dentro do prazo previsto.

– Indicadores de saúde: são ferramentas que permitem medir a efetividade e eficiência das ações de saúde. Esses indicadores podem ser utilizados para monitorar e avaliar o planejamento, identificar problemas e ajustar as ações para alcançar os objetivos propostos.

— Metas e avaliação do planejamento em saúde

As metas são elementos fundamentais para o planejamento em saúde. Elas devem ser claras, objetivas e alcançáveis, e devem ser estabelecidas de forma participativa, envolvendo todos os atores envolvidos no processo de planejamento.

Para avaliar o planejamento em saúde, é necessário definir indicadores que permitam medir o desempenho da instituição ou projeto em relação às metas estabelecidas. Esses indicadores devem ser quantitativos e qualitativos, e devem ser monitorados regularmente.

A avaliação do planejamento em saúde pode ser feita de diferentes formas, como por exemplo:

– Avaliação de processo: é a avaliação do desenvolvimento das atividades previstas no planejamento. Essa avaliação permite identificar problemas e ajustar o planejamento para garantir a efetividade das ações.

– Avaliação de resultado: é a avaliação do impacto das ações de saúde. Essa avaliação permite identificar se as metas estabelecidas foram alcançadas e se houve melhoria na saúde da população atendida.

– Avaliação de impacto: é a avaliação do impacto das ações de saúde no contexto social. Essa avaliação permite identificar se as ações de saúde contribuíram para a melhoria das condições de vida da população atendida.

O planejamento em saúde é um processo fundamental para garantir a efetividade e eficiência das ações de saúde. Para realizar um bom planejamento, é necessário conhecer o contexto em que a instituição ou projeto está inserido, definir objetivos claros e realistas, utilizar ferramentas adequadas, estabelecer indicadores de desempenho e estabelecer metas para alcançá-los.

Ao realizar um planejamento em saúde, é importante envolver todas as partes interessadas, incluindo gestores, profissionais de saúde, usuários e comunidade em geral. Dessa forma, é possível garantir uma abordagem mais abrangente e holística, que leve em consideração as necessidades e expectativas de todos os envolvidos.

Com um planejamento bem estruturado e executado, é possível obter resultados mais satisfatórios em termos de qualidade da assistência à saúde, redução de custos e melhoria da saúde da população. Por isso, é essencial que os profissionais de saúde estejam capacitados e atualizados em relação aos fundamentos, ferramentas e métodos utilizados no planejamento em saúde, a fim de garantir uma assistência efetiva e de qualidade aos usuários.

— Estrutura do Sistema de Saúde no Brasil

Organização do SUS (Sistema Único de Saúde)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a principal rede pública de saúde no Brasil, criado pela Constituição Federal de 1988 com base nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. O SUS é responsável por garantir o acesso gratuito e universal aos serviços de saúde para toda a população brasileira, abrangendo desde a atenção básica até serviços de alta complexidade.

A organização do SUS é tripartite, envolvendo a União, os estados e os municípios. Cada nível de governo possui atribuições específicas, mas todos são responsáveis pela execução e financiamento dos serviços de saúde. O Ministério da Saúde é a instância máxima do SUS, sendo responsável pela formulação de políticas nacionais de saúde, coordenação de programas de âmbito nacional e repasse de recursos financeiros aos estados e municípios.

Níveis de Atenção à Saúde

O SUS é estruturado em três níveis de atenção à saúde: atenção primária, atenção secundária e atenção terciária.

– Atenção Primária: É a porta de entrada preferencial do sistema de saúde, focada na promoção da saúde, prevenção de doenças e tratamento de condições comuns. Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégias de Saúde da Família (ESF) são exemplos de serviços de atenção primária.

– Atenção Secundária: Envolve serviços especializados e exames complementares, como consultas com especialistas e atendimento em ambulatórios. Exemplo de serviços de atenção secundária são os Centros de Especialidades Médicas.